



SAMANTA SALLUM
samantasallum.df@cbnet.com.br
Interina

Relatório de transição aponta paralisação de obras de habitação para baixa renda no país

O Grupo de Trabalho Cidades do Governo de Transição entregou ontem o relatório de diagnóstico da área, depois de levantar informações com o Ministério do Desenvolvimento Regional e com o Tribunal

de Contas da União (TCU). A situação é alarmante, segundo o documento. Há previsão de paralisação de obras de habitação de interesse social a partir de fevereiro de 2023 por falta de orçamento no ano que vem.

Sem dinheiro para socorro a desastres

Falta dinheiro também, no momento, para prevenção e socorro às cidades em caso de desastres causados por temporais e deslizamentos, como o ocorrido no Paraná, no início da semana. O documento ainda alerta que o governo Bolsonaro "abandonou" os projetos de saneamento.

Mariana Lins



"Caos"

"Não há outra palavra para definir a situação que não seja caos. Na próxima, semana vamos entregar um outro relatório que aponte caminhos para alguma solução", adiantou à coluna Geraldo Magela, um dos coordenadores do GT. Magela é petista de Brasília, ex-deputado e ex-secretário de Habitação do DF.



Reprodução/Twitter

Na paz e na segurança

Apesar de ter se empenhado na campanha de Bolsonaro, o governador Ibaneis Rocha (MDB) já virou a chavinha e está no módulo "friendly" com o governo eleito de Lula. Colocou-se à disposição do petista no que precisasse do GDF na sua volta como morador de Brasília. Ontem, em clima de descontração, recebeu, no Palácio do Buriti, o vice-presidente eleito, Geraldo Alckmin, e a futura primeira-dama do país, Janja. A reunião foi para tratar da cerimônia de posse presidencial, em 1º de janeiro. "Trabalharemos para que tudo ocorra da melhor forma possível, com segurança e paz", disse Ibaneis.

Saia-justa por causa da Secretaria de Segurança

A questão é como ficará Anderson Torres, ministro da Justiça e ex-secretário de Segurança do DF. Falou-se numa volta dele para o governo local. Mas, tradicionalmente, o nome escolhido para o cargo é resultado de entendimento com o governo federal. E os petistas não querem o escudeiro de Bolsonaro na Segurança da capital federal. Integrantes do STF também não. Saia justa para Ibaneis.



AFP

Petrobras paga valor recorde de impostos

Já o Conselho de Administração da Petrobras aprovou ontem o Plano Estratégico para até 2027, em que ressalta que a empresa está muito bem. No documento, destaca que pagou valor recorde de R\$ 222 bilhões em impostos ao governo brasileiro este ano.

Representante do DF

O Distrito Federal tem um representante no atual Conselho, Edison Garcia, que é presidente da CEB Holding.



Ed Alves/CE/DA Press

Novas plataformas

Os investimentos previstos para o período 2023-2027 são de US\$ 78 bilhões — 15% superiores ao plano passado. A companhia alocará ainda cerca de US\$ 20 bilhões em afretamentos de novas plataformas.

Cotados

Magda Chambriard, ex-diretora da ANP no governo Dilma, e o senador pelo Rio Grande do Norte Jean Paul Prates (PT), que está no GT de Minas e Energia, são os nomes cotados para assumir a Petrobras.



Fábio Costa/Com/DA Press

Facebook/reprodução

Lula manda parar venda de refinarias

O presidente eleito Lula vai alterar a composição do Conselho da Petrobras. Das 11 cadeiras, o governo federal tem 6. E assim o Plano Estratégico da companhia será revisto. Lula já pediu freio na venda de refinarias.

Posse do Sindepo e da Adepol

As diretorias do Sindicato dos Delegados de Polícia Civil do Distrito Federal (Sindepo/DF) e da Associação dos Delegados de Polícia Civil do DF (Adepol/DF), eleitas para o triênio 2023/2025, tomaram posse, ontem, no auditório da Polícia Civil. A delegada Cláudia Alcântara é a nova presidente do Sindepo/DF. É a primeira mulher a assumir a entidade. Atuou como delegada-adjunta no início da Delegacia da Mulher (Deam), foi subsecretária de Inteligência, secretária de Justiça do DF e também chefe da Assessoria Institucional da PCDF.



Divulgação

Paridade salarial

O delegado Amarildo Fernandes foi reeleito para a Adepol. Participou da mobilização pela paridade salarial da categoria e pelo plano de saúde do Inas, junto ao GDF.

Presenças

Foi prestigiado o evento tanto pelos representantes de direita como pela esquerda. Estiveram presentes Robson Cândido, diretor geral da PCD; a senadora eleita Damara Alves; a distrital eleita e delegada Jane Klébia; Manoel de Andrade, conselheiro do TCDF; a deputada federal Érika Kokay; Wellington Luiz, eleito distrital; Manoel Arruda, presidente do União Brasil DF; e o senador Izalci Lucas, entre outros.

Acompanhe a cobertura da política local com @anacampos_cb

ELEIÇÕES 2022 / Do valor total, R\$ 36,9 milhões foram usados nas campanhas dos eleitos para os cargos do Executivo e Legislativo do DF. Segundo o TRE, 25 postulantes e partidos ainda não prestaram contas

Candidatos receberam R\$ 190 mi

» ARTHUR DE SOUZA
» PABLO GIOVANNI*

Passado o período eleitoral, as obrigações de quem se candidatou a um dos cargos em disputa não terminaram. Até 1º de novembro, os postulantes deveriam ter enviado à Justiça Eleitoral a prestação de contas do dinheiro recebido e gasto durante a campanha. De acordo com o Tribunal Regional Eleitoral (TRE-DF), até a última quarta-feira, 825 candidatos — incluindo todos os eleitos — e 29 partidos enviaram a documentação à Corte. Falta, ainda, a apresentação de 25 prestações de contas.

Juntos, os candidatos que concorreram em 2022, no DF, receberam quase R\$ 190 milhões, segundo o TRE-DF. Desse montante, os 36 eleitos (governador, vice-governador, senadora, suplente da senadora, oito deputados federais e 24 distritais) receberam o total de R\$ 36.926.616,40, dos quais R\$ 28.769.820,71 (77,91%) são do Fundo Eleitoral e R\$ 8.156.795,69 da esfera privada (22,09%). Do valor oriundo do Fundo Eleitoral, R\$ 11.982.856,02 foram para os candidatos a deputado federal, R\$ 8.440.798,95 para os postulantes a distrital, R\$ 4.540.640,74 para os concorrentes a governador e R\$ 3.805.525,00 para senador.

Os comprovantes estão na fase de análise. O julgamento dos

Wanderlei Pozzembom-



Contas de eleitos serão julgadas até dia 16, diz Roberval Belinati

processos dos eleitos deve ocorrer até 16 de dezembro. "Existe um setor técnico, que examina as contas apresentadas: contratos, serviços, recibos e notas fiscais, além dos valores recebidos pelos candidatos e partidos", detalha o presidente do tribunal, desembargador Roberval Belinati. "Se houver necessidade, o setor notifica os candidatos para pedir outros documentos. Depois disso, emite um parecer sobre a documentação para o Ministério Público Eleitoral (MPE)", prossegue. Após o exame, o MPE também

elabora um parecer para dizer se está de acordo ou não. "Caso esteja tudo em ordem, a prestação vai direto para o desembargador designado. Cada conta tem um desembargador próprio", complementa Belinati.

Restrições

Aqueles que não prestaram contas sofrem sanções. "No caso dos candidatos, ficarão inelegíveis enquanto não regularizarem a situação perante à Justiça Eleitoral. Em relação ao partido, ele ficará

Campanhas mais caras

Limite por candidato a distrital: R\$ 1.270.629,01

1 - Paula Belmonte (Cidadania) - 17.208 votos

Valor gasto: R\$ 1.270.000,00
Maior despesa: R\$ 132.865,00 (Publicidade por materiais impressos)

2 - Jaqueline Silva (Agir) 26.452 votos

Valor gasto: R\$ 1.238.313,96
Maior despesa: R\$ 260.335,00 (Publicidade por materiais impressos)

3 - Joaquim Roriz Neto (PL) 21.057 votos

Valor gasto: R\$ 1.094.826,45
Maior despesa: R\$ 150.000,00 (Criação e inclusão de páginas na internet)

4 - Agaciel Maia (PL) 17.693 votos

Valor gasto: R\$ 989.932,90
Maior despesa: R\$ 527.760,00 (Publicidade por materiais impressos)

5 - Fábio Félix (PSol) 51.792 votos

Valor gasto: R\$ 898.166,27
Maior despesa: R\$ 271.335,50 (Publicidade por materiais impressos)

Fonte: TSE

fora da vida política, pois não receberá dinheiro do Fundo Partidário", esclarece.

Mesmo depois desse período, os postulantes e partidos ainda podem enviar a documentação. "A única consequência é que, durante o julgamento, a conta deve ser aprovada com uma ressalva que foi prestada fora do prazo", observa. O desembargador lembra, ainda, que um candidato eleito pode ter seu diploma ou mandato cassado, caso a prestação de contas não seja aprovada.

Distritais

Em relação aos distritais, o **Correio** fez um levantamento sobre os valores que os 30 mais bem votados — 24 eleitos e seis suplentes — arrecadaram e gastaram durante a campanha. No top5 de dinheiro investido, aparecem: Paula Belmonte (Cidadania), Jaqueline Silva (PL), Joaquim Roriz Neto (PL), Agaciel Maia (PL) e Fábio Félix (PSol). Destes, apenas Agaciel Maia não está entre os eleitos à Câmara Legislativa.

Segundo o professor de direito do Ceub, mestre em ciência política e especialista em direito eleitoral Alessandro Costa, o cenário não é muito diferente do restante do país. Existem quatro eixos de gastos em uma campanha. "O primeiro é com a propaganda eleitoral no rádio e na televisão, com peças publicitárias que serão veiculadas nos horários definidos. O segundo é a propaganda virtual, que tem ocupado bastante os gastos dos candidatos. Existe também uma soma considerável com material impresso, que demanda muitos recursos. E, por último, gastos com militância e cabos eleitorais", destaca.

A reportagem também apurou que os candidatos a distrital tiveram tetos de gastos diferentes, comparados às eleições de 2018 e 2022 — R\$ 1 milhão e R\$ 1,2 milhão, respectivamente. De acordo com Belinati, não há nada que defina o limite. "Em toda eleição, a Justiça Eleitoral determina os valores que os candidatos para cada cargo podem gastar", atesta. O MPE ainda não se manifestou sobre as despesas de quatro dos cinco candidatos que mais receberam recursos. O órgão foi contrário à prestação de contas de Paula Belmonte, mas o TRE-DF as julgou e aprovou com ressalvas.

*Estagiário sob a supervisão de Malcia Afonso